

IDENTIDADES E TERRITORIALIDADES ENTRE HOMENS QUE GOSTAM DE OUTROS HOMENS NA CIDADE DE SÃO PAULO (1950 -1970)

*SABATINE, Thiago Teixeira*¹

RESUMO: A presente investigação busca compreender o renovado interesse das pesquisas realizadas no âmbito da metrópole paulista com respeito à produção de identidades e aos mecanismos que operam nas circulações com base em territórios de experimentação sexual. O trabalho evidencia a partir de questões que emergem no presente as dinâmicas interativas, as vivências e as representações dos usos da sexualidade entre homens que gostam de outros homens na cidade de São Paulo entre as décadas de 1950 e 1970. Observam-se as relações sociais entre “homossexuais” nessa cidade e sua ampla ligação com redes “normais” e “marginais” de interação social. Esse período caracteriza-se pela ampliação dos lugares de sociabilidade, das categorias identitárias e dos atos políticos.

PALAVRAS CHAVES: Território. Homossexualidade. Sexualidade. Gênero. Identidade.

As investigações conduzidas pelo antropólogo Peter Fry na década de 1970 sobre as representações sociais das sexualidades masculinas no Brasil influenciaram um conjunto de estudos que lhe sucederam. Peter Fry (1982a) descreve três sistemas taxonômicos sobre a homossexualidade que estariam diferencialmente disseminados no país conforme as distintas classes sociais.

O modelo popular aciona a hierarquia de gênero, isso se articula através das oposições entre masculinidade/atividade sexual vs. feminilidade/passividade sexual, esse modelo engloba indistintamente todas as identidades sexuais, nele a categoria “homem” representa todos os indivíduos do sexo masculino que se relacionam sexualmente tanto com mulheres e homens, supostamente mantendo a posição “ativa” no coito, os homens sexualmente passivos embaralham os atributos anatômicos do sexo masculino, e passam a ser percebidos pelas características do gênero feminino como “bichas”, “viados” etc. (CARRARA; SIMÕES, 2007).

¹ Mestrando em Ciências Sociais, UNESP, Campus de Marília. thiagosabatine@hotmail.com

O segundo modelo foi formulado a partir dos saberes médicos e psiquiátricos, nele orientação sexual e gênero se desarticulariam progressivamente, os homens que mantêm relações sexuais com outros homens são percebidos através da orientação de seus desejos, ou seja, não importa suas posições relativas ao coito ou performances de gênero, são considerados homossexuais. Como frisa Carrara e Simões (2007) a hierarquia é utilizada através desse modelo baseado na oposição entre normalidade/anormalidade considerando a homossexualidade um desvio em relação à heterossexualidade.

No Brasil entre as décadas de 1920 e 1940, a figura do anormal homossexual enquanto “sexualidade desviante” tomou a cena dos investimentos intelectuais, políticos e de saúde. Sexualidade invertida segundo médicos e estudiosos da primeira metade do século XX, a homossexualidade pode ser observada através da ação dos dispositivos de poder saber que se engendram ao longo dos últimos duzentos anos (GREEN, 2000; FOUCAULT, 2005).

Na preocupação psiquiátrica, criminológica e médica a homossexualidade era considerada ora doença e ora crime, cujos sujeitos eram passíveis de controle e cura. Por exemplo, o Dr. Viriato Fernando Nunes, em 1928 apresentou uma tese segundo a qual o número de “invertidos” se difundia assustadoramente na sociedade brasileira. Leonídio Ribeiro apresentando estudos europeus sobre a homossexualidade notava que aumentava “o número de indivíduos, de todas as classes sociais, apresentando manifestações disfarçadas ou evidentes de *perversões sexuais*” (GREEN, 2000, p.196).

Leonídio Ribeiro era diretor do Departamento de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, em 1932 usando o poder de polícia carioca deteve 195 homossexuais, seu método de investigação baseado em medições antropométricas de categorização do tipo de corpo visava identificar os “desvios patológicos” do homossexual. Segundo Green, essas sugestões foram oferecidas por variados profissionais, sobretudo médicos que publicaram inquietantes panfletos e artigos até meados da década de 1940. Período em que práticas de governo investem na identificação, classificação e na cura como manifestações de seu poder (GREEN, 2000).

O terceiro modelo apresentado por Peter Fry (1982a) constitui uma reação ao modelo médico-psiquiátrico, que apenas contestaria a posição da homossexualidade relativa à heterossexualidade, revertendo o estatuto de anormalidade. Em parte esse modelo estava sendo construído com ênfase na liberação sexual pregada a partir da década de 1960, quando grupos de gays na Europa e EUA passaram a reivindicar a naturalidade da homossexualidade

como modo de vida. Desde o século XIX as ciências médicas acionam o discurso sobre a anormalidade da “condição homossexual”, discurso que insuspeitamente estava sendo reapropriado pelos movimentos de liberação gay que frisavam essa “condição” enquanto não patológica.

Para Carrara e Simões, autores como Fry (1982a), MacRae (1985), Guimarães (2004), Perlongher (1987a), entre outros que lhes sucederam estavam preocupados com efeitos das essencializações e das diferenciações acionadas nas interações e nas políticas identitárias marcadas pelo fenômeno da redemocratização, particularmente presente nas tensões do movimento homossexual brasileiro, que se utilizando das exclusões de expressões não hegemônicas de sexualidade reinscreve a hierarquia entre os sujeitos com base no policiamento das identidades.

No contexto brasileiro reivindicações sobre liberdade sexual acionavam diferenças de classe formuladas sob a adesão “mais ou menos completa” ao modelo igualitário de vivência da homossexualidade. Esse modelo expressa o aprofundamento de processos de estigmatização vivenciados por homens afeminados e travestis, pobres, negros entre outros. Esses grupos com o modelo igualitário passam a ser visto como arcaicos, politicamente incorretos e antiquados (CARRARA; SIMOES, 2007).

Fry (1982a) percebe uma relação estreita do surgimento desse modelo com o fenômeno "ideológico" da redemocratização brasileira, época em que as classes médias urbanas reivindicavam igualdade e liberdade. A implantação do modelo igualitário estava sendo conduzida pelas classes médias urbanas homossexuais em sua luta contra a opressão, onde se inventaram vários inimigos, entre eles atacou-se a representação popular da homossexualidade.

Fry e MacRae (1985) problematizaram a identidade social a partir de suas relações mais amplas com a política. Com as injunções das políticas de identidades baseadas no modelo *igualitário*, uma cultura extremamente complexa de organizações das práticas, identidades sexuais e de gênero estavam sendo compelidas ao ostracismo e a margem.

Essas tensões entre as diferentes maneiras de aderir a “estilos de vida” pautado em noções de gênero e de sexualidade vão ser apresentadas na pesquisa de Barbosa da Silva (2005) realizada entre 1958-1959 na cidade de São Paulo.

Em 2005 foi publicada a coletânea de textos “Homossexualismo em São Paulo e outros escritos”, organizada por Green e Trindade (2005). Nela encontra-se a primeira

monografia sociológica sobre o tema da homossexualidade no Brasil. Trata-se de “Homossexualismo em São Paulo”, de Fábio Barbosa da Silva (2005), elaborada num curso de especialização da USP e orientada por Florestan Fernandes.

Essa pesquisa realizada no final da década de 1950 na cidade de São Paulo observou o “homossexualismo masculino” em sua posição “marginalizada”. Bem como, as relações que os grupos de homossexuais desenvolviam na cidade e na imagem que os indivíduos possuíam de si. Para tanto Barbosa da Silva parte da concepção de grupo minoritário desenvolvido por Louis Wirth e descreve os territórios de socialização dos homossexuais.

O autor privilegiou em seus estudos os homossexuais da classe média paulistana que em relação à sua sexualidade preferiam manter-se fora do escrutínio público. Havia uma inquietação quanto à construção de espaços urbanos onde os proscritos se uniam e se faziam perceber.

Segundo Barbosa da Silva (2005) esse “problema de pesquisa” despertava certo interesse em Florestan Fernandes, para quem a posição marginalizada dos grupos homossexuais poderiam convergir para uma dimensão política que permitiria relacioná-la às lutas conduzidas pelas esquerdas. “Se eram marginais, talvez se interessassem pelo socialismo. Florestan era socialista e queria saber se os gays simpatizavam com a esquerda ou se já podiam ser ativistas” (GREEN; TRINDADE, 2005, p.36). Barbosa da Silva observa que embora os grupos homossexuais possam ser tratados como uma minoria política que demanda interesses específicos tratava-se antes de uma minoria pluralista, cujos interesses políticos são *assimilacionistas* e visavam apenas à tolerância e mesmo autonomia política e cultural diante das suas expressões.

Embora o “homossexualismo” fosse tratado à época como “doença” e “problema” considerado objeto de medidas terapêuticas e policiais, Barbosa da Silva mostra as características diferenciais do grupo pensadas na esfera das “liberdades individuais”, uma percepção avançada em relação aos seus contemporâneos. O autor observou esse “grupo minoritário” como mais outro da metrópole e não fazia menção valorativa da homossexualidade como doença ou crime².

Ao privilegiar os homossexuais masculinos de classe média revela a sociabilidade em torno da sexualidade e processos de identificação entre os homossexuais que se

² A homossexualidade enquanto sodomia foi considerada crime no Brasil até 1823. Segundo o historiador James Green no século XX a homossexualidade embora não tenha sido diretamente criminalizada, leis como vadiagem, importunação ao sossego e atentado ao pudor e costumes foram utilizadas para regular esses comportamentos considerados indesejáveis (GREEN, 2000).

relacionam com a classe social e papéis sexuais. O autor entrevistou setenta informantes e observou a importância dada pelos seus entrevistados às práticas sexuais e às divisões de papéis sexuais no coito. Ele percebeu a partir das experiências desses indivíduos a seguinte divisão: 10% se consideravam “ativos” e 63% “passivos”, e 27% “duplos”. Como observa Barbosa da Silva essa distribuição das práticas envolvia aqueles que se identificavam como “dissimulados” e que buscavam certa discrição para além do estereótipo dominante da “bicha”, do “efeminado” e do pobre. Barbosa da Silva (2005) percebe certa distinção entre a forma de vivenciar a sexualidade entre os homossexuais pobres e os homossexuais de classe média, esses buscavam se distinguir de homossexuais afeminados pelo comportamento discreto e pelo status social relacionada à classe social a que pertenciam.

O estudo conceituou os homossexuais como um grupo, o que por vezes o reveste de um caráter contrastivo e fechado, como uma subcultura na sociedade. Parte da idéia que os homossexuais constituíam um grupo posto à parte na sociedade, marginalizado pelo grupo dominante. Segundo Barbosa da Silva o grupo marginalizado pode ser distinto através de lógicas objetivas da relação entre grupo majoritário e minoritário, nas oportunidades econômicas, sociais e políticas. Não obstante, tende a minoria a desenvolver formas de comportamento e atitudes que a coloca mais à parte. Esses processos de acusação e interiorização da diferença são produzidos historicamente e são marcados por determinadas categorias que organizam práticas sexuais, sugere Barbosa da Silva (2005).

O grupo que o autor privilegiou preferia gozar suas vivências homossexuais em silêncio, muitas vezes dissociando suas práticas em relação as suas identidades públicas. Mas isso era percebido pelos seus entrevistados como algo positivo, pois os afastavam da representação geral do estereótipo de afeminado, acusado por alguns de seus entrevistados como “ostensivos”.

Barbosa da Silva (2005) considera que a constituição da vida grupal necessita de uma base espacial em que indivíduos de mesma excitação canalizem seus desejos. Apropriando-se de Robert Ezra Park (1973) usa a noção de “região moral” para designar esse processo em que a população tende a distribuir-se no espaço não apenas de acordo com seus interesses, mas conforme seus gostos e temperamentos. As interações entre indivíduos com o mesmo estigma, no caso o homossexual, possibilitava o encontro baseado no apoio e aceitação social de que necessita.

Espaço descrito como um grande T, constituindo uma área de superposição, de deslocamentos populacionais diversos, de desorganização, no centro de São Paulo, “formado pela confluência das Avenidas São João e Ipiranga, tendo como pontos cardeais os cinemas Oásis, ArtPalácio e início da Rua São Luiz”, e que “começa a viver com o entardecer e acha a sua maior agitação nas noites de sábado e nas vésperas dos feriados”. Onde há intensa troca libidinal: “A diminuição das sanções, a concentração de grupos masculinos que procuram prazeres sexuais ou de lazer são basicamente fatores que servem de catalisadores do homossexual” (BARBOSA DA SILVA, 2005, p.76).

Os “dissimulados” ou “duplos” revelam a necessidade de manter sua sexualidade longe do escrutínio público, são percebidos de forma sutil na “região moral”. “É através de certas peculiaridades de comportamento como gestos, maneiras de falar ou andar, companhias, preferências, roupas que usam, fatos, objetos e situações que atraem a atenção - que os homossexuais se identificam ainda que não se conheçam” (BARBOSA DA SILVA, 2005, p.79). Esses marcadores segregam os “grupos” entre si. Entre os dois grupos certas distinções. Os “ostensivos” encontram na “narração das experiências sexuais, no mexerico sobre a exploração sexual e outros, e na procura de parceiros sexuais, as principais formas de recreação”. Os “dissimulados”, seja pelo seu status médio-burguês, “tem como forma de recreação as conversas sobre temas artísticos (tais como cinema, teatro, pintura literatura, etc.) ou o relato de aventuras sexuais” (BARBOSA DA SILVA, 2005, p.113). Segundo Néstor Perlongher (1987b), Barbosa da Silva:

Converte os grupos “homossexuais passivos” (efeminados, adeptos a íntimos travestimentos e intermináveis chás) em eixo de certa “função socializadora” (ou modernamente, “tomada de consciência”) das populações homossexuais do centro da cidade de São Paulo. Porém, uma vez chegada a “liberação”, não vai ser o homossexual passivo o sujeito da nova identidade gay, mas aquele que Barbosa da Silva denominava “homossexual duplo” – que podia cumprir ambos papéis no coito sem romper radicalmente com o protótipo masculino normal, nem (como o “homossexual ativo”) encarná-lo exacerbadamente (PERLONGHER, 1987b, p. 74).

Néstor Perlongher (1987a) mapeia os territórios frequentados pelos “ostensivos e dissimulados” da década de 1950 investigados por José Fábio Barbosa da Silva atualizado na década de 1980. Inspirado pelo arcabouço teórico de Deleuze e Guatarri o autor antecipava segundo Simões (2005, p. 265) preocupações ao que se pode dizer, “virada pós-estruturalista” nos estudos de gênero e sexualidade.

Segundo Fry, Néstor Perlongher faz “uma história da formação da taxonomia dos personagens sociais envolvidos no jogo das relações homossexuais na cidade de São Paulo e sua distribuição pelo espaço do centro desta cidade” e vai além dos sistemas de classificação, “colocando o sistema em moção, descrevendo e analisando as trajetórias dos michês e seus clientes, e as possibilidades de relacionamento entre eles; entre rapazes jovens, pobres e predominantemente negros e seus clientes, mais velhos, mais ricos e mais brancos” (FRY, 1987, p.13).

O autor distancia-se da abordagem segundo a qual identidade traduz o sentido que o sujeito confere as suas práticas, cuja lógica de distinção se representa em uma imagem coerente do sujeito sobre si mesmo, como diz Perlongher, um empreendimento ao mesmo tempo “descritivo e prescritivo”.

As nomenclaturas podem ser observadas como uma rede por onde transitam os sujeitos e não enquanto identidades individualizadas. Ou seja, “os lugares categoriais não se apresentam como entidades fechadas ou exclusivas, mas como pontos de um continuum, de uma rede circulatória” (PERLONGHER, 1987a, p.23).

A idéia de identidade, que define os sujeitos pela representação que eles próprios fazem a prática sexual que realizam, ou por certo recorte privilegiado que o observador faz desta prática, justapomos a idéia de territorialidade. Daí, o nome dos agentes num sistema classificatório-relacional vai exprimir o lugar que ocupam numa rede mais ou menos fluida de circulação e intercâmbios. Os sujeitos se deslocam intermitentemente nesses *spatium continuum* e são passíveis de permanecer na mesma posição a respeito dos outros, ou ainda de mudar de posição (PERLONGHER, 1987a, p.152).

A noção de território se contrapõe ao “vício de origem” da noção de identidade. A noção de territorialidade permite ao observador ver os sujeitos ocuparem os diversos pontos codificados pelas categorias identitárias em seu trânsito e deslocamento. A identidade sexual nesse sentido é sempre instável, produtos de negociações e definições sociais ligadas às maneiras pelas quais as pessoas refletem sobre suas práticas sexuais e se apresentam conforme as interações sociais mais amplas, conforme o local que ocupa na rede do “código-território” que o captura.

Essa noção permite observar os sujeitos ocuparem os diversos pontos codificados pelas categorias identitárias em seu trânsito e deslocamento, acionado através da distribuição dos corpos e das matérias sociais no espaço, mas também do código que distribui acepções

categoriais, que se inscreve num determinado lugar e lhe dá sentido prescritivo ordenando aquilo que se pode ser feito.

Perlongher (1987a) ao relacionar as diversas categorias mobilizadas pelos sujeitos para designar suas práticas sexuais e identidades diante as circulações que empreendem nos territórios verifica um espetáculo barroco. Gestos, performances e outros atributos, como cor, idade e classe social localizam o espaço desses indivíduos envolvidos nas trocas sexuais: *michê-gay*, *michê-mesmo*, *michê-macho*, *erê-odara* etc. Perlongher apresenta 56 nomenclaturas classificatórias registradas nos discursos do “gueto” e mostra a multiplicidade de formas de identificação designam os sujeitos conforme interações sociais amplas.

Perlongher (1987a) tenciona o sistema de classificação apresentado por Peter Fry (1982a) diluindo as fronteiras entre os modelos hierárquico e igualitário, “entre os dois modelos: bicha -macho, ‘hierárquico’ e ‘popular’, o outro gay-gay, ‘moderno’ e de ‘classe média urbana’, uma superposição de um ao outro, e uma proliferação, confusão e acentuada mutabilidade/precariedade das categorias” (PERLONGHER, 1987a, p.22). Néstor Perlongher busca analisar a fluidez das identificações, suas contradições baseadas em localizações divergentes, que pode ser camuflada e prescrita na confrontação categorial entre hierarquia e igualdade.

Uma contradição marca o negócio do michê, por um lado às resistências dos michês em operar em relação a si a categoria de homossexual que é também o desejo de seu cliente. Por outro lado o michê enaltece protótipos gestuais e discursivos da masculinidade, mas diante uma retribuição monetária maior e as negociações em trâmite permite a penetração anal, nesse caso o michê nem sempre aceita ter relações passivas com seus clientes, o que por vezes acaba em surtos violentos.

Desejos intensivos agenciam os corpos, tocadas por certo “erotismo anal”, que marca toda a homossexualidade. Os homossexuais fazem uso constante do ânus como região libidinal e transgridem funções hierarquizadas do organismo. Os atos relacionados com os orifícios e superfícies do corpo também se refletem na elaboração das identidades homossexuais (PERLONGHER, 1987a; HOCQUENGHEM, 1980):

Esta identificação entre homossexualidade e coito anal (segundo Hocquenghem, “os homossexuais são os únicos que fazem uso libidinal constante do ânus”) repousa historicamente na própria constituição da espécie homossexual. A categoria de sodomita (e, por extensão, a de homossexual) constitui-se ela mesma em torno da transgressão de um tabu - ou melhor, da realização de um ato registrado enquanto transgressão em certo “regime de signos”, que dispõe determinada organização do

organismo, onde os órgãos vão ser atrelados a funções hierárquicas preestabelecidas (a boca para comer, o ânus para defecar, etc.) (PERLONGHER, 1987 a, p.214-215).

No choque entre os modelos hierárquico e igualitário constata-se a proliferação categorial que entrelaça os territórios. Trata-se de verificar no “multiformismo das condutas e das representações” uma “carnavalização à Bakhtine, do que numa ‘construção da identidade’ da minoria desviante” (PERLONGHER, 1987a, p.151).

Do ponto de vista das categorias acionadas pelos sujeitos para se referir a si e aos outros em contextos relacionais e interações desenvolvidas nos territórios emerge uma multiplicidade que resiste a um modelo unívoco e homogêneo. Esse processo de construção da identidade homossexual só pode ser entendido da perspectiva do “modelo igualitário” (*gay versus gay*) com seu forte conteúdo de classe, em cujo efeito desloca o modelo “bicha/bofe”. “Após certo estágio de festividade difusa” se vê a instauração de um “modelo disciplinador de identidade homossexual”, renovado nos mercados de lazer, no consumo, na moda, nas elucubrações sobre “casamento” (PERLONGHER, 1987b, p.71).

Essas manifestações da homossexualidade se territorializam na cidade, constituindo um “mercado sexual”. A paquera e a busca engajada de massas de indivíduos a um parceiro sexual são um dos modelos mais padronizados do mundo homossexual. Em detrimento da categoria “mundo homossexual”, para não dar um caráter fechado e contrastivo às vivências observadas o autor cunha novas noções que são pertinentes para analisar as dinâmicas e vivências sexuais nas cidades brasileiras como “mundo da noite” (PERLONGHER, 1987a, p.25).

Esse mercado de trocas sexuais e vivências múltiplas da homossexualidade é constituído por um campo de circulações que se alastram em territórios circunscritos: bares, boates, saunas, cinemas, e outras opções de lazer consumista, como pontos de passagem e circulação (praças, esquinas, ruas, banheiros, estações, etc.).

A “região moral” repousa numa concepção que divide o espaço em regiões e eixos: uma faixa residencial, outra industrial, e o centro, que serve ao mesmo tempo as atividades comerciais e onde a civilização solta seus “impulsos reprimidos”. As delimitações dos espaços da cidade para Park (1973) segundo Perlongher (2005), não são sempre precisas e cada vizinhança tende a distribuir e segregar as populações da cidade dando-lhes um caráter de região moral.

A acentuada relação entre marginalidade e homossexualidade colaborou com uma constante espacialização do centro para eventos imprevistos, principalmente na chamada “vida noturna”, onde a promiscuidade e as práticas sexuais desviantes se integram numa sociabilidade diferenciada. Segundo Perlongher (1987a) a “territorialidade marginal” funciona como uma válvula de escape à libido reprimida pelo *socius*, mas também como inscrição no corpo dos sujeitos de práticas e categorias identitárias que lhes dão inteligibilidade, embora parcial e fragmentária, escorregadia conforme o trajeto percorrido pelo sujeito.

Conflitos étnicos, grandes fluxos migratórios, industrialização, delinquência e criminalidade, surgimento de bairros pobres (*slums*), segregação e fragmentação do sujeito foram temas de estudos que a partir da década de 1920 na Universidade de Chicago passaram a ser trabalhados com metodologias qualitativas de campo (descritivas e etnográficas) na cidade de Chicago. Autores como Robert E. Park (1973), Louis Wirth (1973), entre outros, realizavam estudos nesta cidade tornando-a “laboratório de estudos de mazelas sociais”, postura que caminhava ao lado da busca por resoluções (prescritivas) das “patologias sociais” e dos “problemas urbanos” (TRINDADE, 2005, p. 254).

O ponto de partida dessas pesquisas foi o individualismo urbano (anomia), baseado numa referência idealizada do mundo rural, marcada por holismo comunitário (AGIER, 1998). Os sociólogos da Escola de Chicago reconheciam na fragmentação do sujeito a sua perda baseada nas desterritorializações da massa sujeitadas ao rompimento dos laços primários (a família, o clã, a tribo). Os efeitos dessas forças nos interstícios da cidade heterogênea e descontrolada levam a desorganização e a destruição da solidariedade entre os indivíduos. Era fundamental nesse sentido reestruturar a comunidade já que os laços entre os homens estão deteriorados (PERLONGHER, 2005).

A sociologia urbana da Escola de Chicago estava impregnada de fisiologismo, pensava-se o corpo social. Segundo Perlongher (2005, p.267) Park pensa a cidade “por vezes descontrolada, sendo o controle dessa desordem³ o objetivo estratégico dos pensadores dessa Escola”. Para Park (1973) a vida urbana encontra na função de distribuição-segregação da população a atualização do controle social do cidadão.

³ Comentando Deleuze, Perlongher ressalta: “Na idéia de desordem - continua Deleuze ‘está já a de ordem, mais sua negação, mais o motivo dessa negação (quando nos encontramos com uma ordem que não é aquela que esperávamos). Pensar em desordem implica fazê-lo a partir de uma ordem que a ser negativizada - como incluído/excluído- se impõe; outro caminho leva a positividade das práticas sociais” (PERLONGHER, 2005, p.278).

Park (1973) cunha a noção de região moral, lugar de segregação e distribuição da população citadina. Os espaços se transformam e são apropriadas pelos cidadãos conforme seus gostos e seus temperamentos. Primeiramente o autor reserva essa noção às áreas desviantes do resto da cidade, áreas ligadas aos vícios, à marginalidade e a boemia, as regiões morais, contudo não são sempre precisas são concêntricas e cada população citadina tende-se a se distribuir conforme as objetivações das pessoas. A cidade é ao mesmo tempo segregada e domínio da escolha e do livre-arbítrio do indivíduo. Há nessa análise um referencial móvel (o indivíduo) e um referencial fixo, (o território):

Não é preciso entender-se pela expressão “região moral” um lugar ou uma sociedade que é necessariamente ou criminosa ou anormal, antes ela foi proposta para se aplicar às regiões onde prevaleça um código moral divergente, por uma região em que as pessoas que a habitam são dominadas, de uma maneira que as pessoas normalmente não o são, por um gosto, por uma paixão, ou por algum interesse que tem suas raízes diretamente na natureza original do indivíduo. Pode ser uma arte, como a música, ou um esporte, como a corrida de cavalos. Tal região diferiria de outros grupos sociais pelo fato de seus interesses serem mais imediatos e mais fundamentais. Por essa razão, suas diferenças tendem a ser devidas mais a um isolamento intelectual (PARK, 1973, p. 66).

Perlongher (2005) desloca a noção de região moral de uma posição que se centraliza no ego, para uma multiplicidade de devires, o sujeito percebido menos pelas categorias que amarram sentido fixo as suas vivências, ou seja, um projeto de identidade baseado na noção de personalidade, para as dinâmicas de identificação, cujos sentidos estão abertos à negociação cotidiana, contingentes e relacionais. Como mostra Julio Assis Simões (2005, p. 265) essa noção no pensamento do autor designa mais do que área de convergência e perambulação residual da pessoa, como um código-território, código que distribui atribuições categoriais e corpos em movimento. Nesse caso o “‘dispositivo de sexualidade’ (FOUCAULT, 2005) funciona para além de uma demografia, constituindo populações, instaura também uma base territorial” (PERLONGHER, 1987a, p.48).

Um contraste se impõe com as “territorialidades” paulistanas da vida noturna etnografadas por Perlongher, com o conceito de *gay ghetto*, criada por Levine (LEVINE, 1979 apud PERLONGHER, 1987a). O contexto norte-americano aciona deslocamentos territoriais dos homossexuais fixando-os em regiões residenciais, onde também há um intenso mercado homossexual. Perlongher aponta no Brasil modelos segregacionistas que possuem fronteiras difusas. Atrelados a sociabilidade dos guetos americanos, talvez, estaria em vigor concomitante à concentração territorial à expressão de uma identidade totalizante. O uso que

Perlongher faz dessa noção permite reconhecer que a “identidade homossexual” efeito de discurso de determinados agenciamentos políticos e culturais, não corresponde a uma homogeneidade de identificação gay, mas ao contrário, de um espetáculo dos envolvidos nos “ambientes relacionais” numa multiplicidade de formas de vivenciar gênero e sexualidade, de um território nômade.

O michê desterritorializado dos laços institucionais normais e familiares, após longa viagem pelos pontos de sociabilidade desemboca na “região moral”, observada enquanto multiplicidade de formas espaciais que convergem determinados gostos e se reterritorializa, num código-território, que possui também suas normas difusas e subterrâneas.

Perlongher (1978a) recorre aos depoimentos na tentativa de traçar as transformações no “mundo da noite” paulista dos primórdios de 1960. Nessa análise aponta as modificações nas vigências das categorias classificatórias “bicha/bofe/gay” as variações com relação ao michê, e a ligação entre homossexualidade e marginalidade.

A constante especialização dos espaços e a maior visibilidade atrelada à homossexualidade vão provocar reações da polícia no início da década de 60. Os lugares de homossexuais mudavam constantemente pelos efeitos das modas e da repressão, conforme o depoimento colhido:

Os policiais apareciam, pediam documentos, e produziam uma dissipação, uma saída, um êxodo do gueto. Principalmente na Avenida São Luís, no começo dos anos 60, lembro do assédio da polícia e da conseqüente dispersão. A coisa já estava muito aflorada (PERLONGHER, 1987a, p.75).

No centro de São Paulo havia a Boca do Lixo, começando entre a esquina da São João e Ipiranga. O depoente diz não ter freqüentado o espaço, embora tenha conhecido um barzinho do outro lado da São João, em frente ao Jeca, no Largo do Paissandu, o Ponto Chic, segundo o qual, “era um lugar muito do mundo da noite, freqüentado por boêmios mas também por gays, essas misturas da noite onde os gays se incorporavam” (PERLONGHER, 1987a, p. 76). O mundo marginal da Boca do Lixo se integrava sutilmente com as interações dos homossexuais. O depoente destaca ainda que:

travesti “era muito raro nessa época, pelo menos nas ruas. Geralmente se limitavam aos teatros, as boates (...) As boates gays demoram em aparecer, eu só as conheci na metade da década de 60. Na época anterior, a postura de homossexual era muito comedida, muito elegante. Tinha um bar, na Praça Roosevelt, por volta de 1960-1965, chamado de João Sebastião Bar. Também na Praça Roosevelt (que não era uma espécie de largo, um estacionamento, ainda não estava construído o Minhocão),

uma outra confeitaria, a Baiúca, também transada por entendidos da classe média intelectualizada e de teatro (PERLONGHER, 1987a, p. 279).

Em meados da década de 1960 foi inaugurado um grande espaço de compras, chamado Galeria Metr pole, o local permitia aos homossexuais interagir entre “bares, boates, inferninho, fliperamas, galerias, escadas rolantes, etc.” segundo Bivar citado por Perlongher (1987a, p. 80). Já em 1964-1965 o termo entendido era usado pela vanguarda teatral para referir a um estilo de vida específico. A Galeria, a partir de 1967 era freqüentada por “travestis, bichas irremediavelmente pintosas, hermafroditas, etc.” gerava por sua vez tensões com uma “t nica gay, antes de 1967” que era “enrustida e não assumida. Era uma sociedade secreta” (PERLONGHER, 1987a, p. 80).

O Golpe Militar de 1964 demorou a fazer efeitos no “mundo da noite”. A partir do AI-5, em 1969, a Galeria Metr pole   alvo de *blitz* maciça, a arquitetura da galeria permitia um maior controle dos fluxos pela polícia. Como uma ratoeira pelas três portas camburões estacionavam e prendiam os freqüentadores. Em 1968, na ocasião da visita da rainha Elizabeth ao Brasil, a Galeria Metr pole teria seu apogeu e declínio, a polícia p s-se a “limpar” as perambula es indesejáveis, “prendeu meio mundo e instalou o *grilo*, como se a rainha a qualquer momento resolvesse irromper pela galeria” (PERLONGHER, 1987a, p.80).

Considera es finais

Conforme a análise dos espaços e das intera es dos homossexuais na década de 1950-1970 há uma infinidade de compreensões que os freqüentadores fazem das sexualidades e dos g neros. Buscou-se fazer perceber as rela es heterog neas constituídas em “ambientes relacionais”, na tentativa de revelar uma economia de categorias que operam “verdades” e “hierarquias”, considerando ainda suas características contingentes diante as intera es sociais e dos trajetos percorridos pelos sujeitos. As discussões que tencionam as pesquisas comentadas dizem respeito   produ o de diferenças sociais convertidas em processo de estigmatiza o. Nos espaços diversos marcadores influenciam as intera es aproximando ou afastando as pessoas, constituindo ou não como objeto de desejo e sujeito de prazeres.

Essa problematiza o apontou para dinâmicas mais ricas e relacionais de identifica o e diferencia o na produ o das identidades homossexuais, definindo uma configura o poliforma de intensidades de experimenta o do prazer, sob a adesão a um sistema classificatório baseado na distin o de orienta o sexual.

Atualmente se observa a multiplicação de categorias ligadas aos movimentos homossexuais, bem como nas definições de segmentação de mercados como os clubes, as boates, as ruas, nas quais abundam produção de *barbies*, *gays*, *travestis* etc. Isso também é o que constitui as tensões e os embates do movimento homossexual, tendendo ora a reforçar as diferenças entre os sujeitos, ora proclamando o potencial inclusivo da diversidade como as manifestações das “Paradas do Orgulho GLBT” (FACCHINI, 2005).

Essas tensões atravessam as pesquisas através do interesse renovado na compreensão das *pluralidades* de experimentação do gênero e da sexualidade, e das maneiras como os sujeitos representam para si e para os outros as identidades e interações. Os resultados das pesquisas apontam para um quadro amplo de referências sobre as práticas e categorias acionadas nos espaços, e a possibilidade de questionar seu potencial inclusivo e de produção de relações sociais de prazer e poder.

Referências bibliográficas

AGIER, M. *Lugares e redes – as mediações da cultura urbana*. IN: NIEMEYER, A. M.; GODOI, E. P. (org.). *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

BARBOSA DA SILVA, J. F. *Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário*. In: GREEN, J. N.; TRINDADE, R. (org.) *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p.39-212.

CARRARA, S.; SIMOES, J. A. *Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira*. Cad. Pagu, Campinas, n. 28, 2007.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade, 1. A vontade de saber*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FRY, P. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982a.

_____. *Prefácio*. (1987) In: PERLONGER, N. *O negócio do Michê: Prostituição Viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FRY, P.; MACRAE, E. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1988.
- GREEN, J. N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- GREEN, J. N.; TRINDADE, R. (org.) *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- GUIMARÃES, C. D. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.
- HOCQUENGHEM, G. *A contestação homossexual*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- LEVINE, M. *Gay Ghetto*. IN: *Gay Men: The Sociology of Male Homosexuality*. NEW York: Harpers & Row, 1979).
- PARK, R. E. *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento social no meio urbano*. In: VELHO, O. G.(org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- PERLONGHER, N. *Territórios marginais*. IN: GREEN, J. N.; TRINDADE, R. (org.) *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p.263-290.
- _____. *O negócio do Michê: Prostituição Viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987a.
- _____. *O michê é homossexual? Ou a política da identidade*. In: TRONCA, I.A. (Org.) *Foucault vivo*. Campinas: Pontes, 1987b.
- SIMÕES, J. A. *Apresentação*. GREEN, J. N; TRINDADE, R. (org..) *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p.263-266.
- TRINDADE, R. *Fábio Barbosa da Silva e o mundo acadêmico de sua época*. GREEN, J. N; TRINDADE, R. (org..) *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005. P. 241-262.
- WIRTH, L. *O urbanismo como modo de vida*. In: VELHO, O. G.(org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.